

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 151ª Reunião Ordinária – Ano 2014
21 de agosto de 2014

001 Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às
002 oito horas e trinta minutos, no auditório da Secretaria Estadual de Saúde,
003 localizado na Rua Maria Judith Tovar Varejão, 225 – Enseada do Suá –
004 Vitória/ES, reuniram-se os conselheiros do Conselho Estadual de Saúde –
005 CES/ES para deliberar sobre a pauta da 151ª Reunião Ordinária do
006 Conselho Estadual de Saúde. O Secretário Executivo, Sr. Milton César
007 Valente da Costa, deu abertura à reunião cumprimentando todos os
008 presentes. Comunicou que não foi possível o contato com o Presidente do
009 CES/ES conselheiro José Tadeu Marino e acredita que o mesmo tenha se
010 dirigido à Cachoeiro de Itapemirim para o velório do Deputado Estadual
011 Glauber Coelho, falecido na véspera naquela localidade. Comunicou
012 também que o conselheiro e Vice-Presidente Anselmo Dantas não
013 participaria da reunião, solicitou ao plenário a indicação de um Presidente
014 Interino. Passou a anunciar a presença dos conselheiros e conselheiras do
015 CES/ES. Ausência justificada do conselheiro Anselmo Dantas, ausência
016 justificada da conselheira Débora Aparecida Marques de Oliveira, ausência
017 justificada da conselheira Giana de Caio Silva Carvalho, presença da
018 conselheira Carmem Lúcia Mariano, presença do conselheiro Maurício
019 Aquino Paganotti, ausência justificada da conselheira Maria Angélica
020 Calegário Vieira, ausência justificada da conselheira Rossana Bezerra de
021 Menezes, ausência justificada da conselheira Rosária Maria de Oliveira
022 Reisen, ausência justificada da conselheira Geisa Pinheiro Quaresma,
023 ausência justificada do conselheiro Jathir Gomes Moreira, ausência
024 justificada da conselheira Janildes Inácio dos Santos, ausência justificada da
025 conselheira Gediane Laurett Neves Rangel, ausência justificada do
026 conselheiro Gedayas Medeiros Pedro, ausência justificada do conselheiro
027 Marcos Rogério Fonseca Pedro, presença das conselheiras Ana Maria
028 Rodrigues Rosa, Lúcia Helena Reis Costa e Andressa Barcellos Oliveira,
029 ausência justificada dos conselheiros Anderson Pedro Alves, Edson Miranda
030 Miguel e Zaldimar Tadeu da Silva, ausência justificada das conselheiras
031 Ranielli Badiani Bianchi, Adriana de Freitas Coelho Carvalho, Jaqueline
032 Moreira de Araújo, Gilsinéia Marins do Nascimento Guedes e Márcia Patrício
033 de Araújo, presença dos conselheiros João Carlos dos Santos, Antônio de
034 Castro Reis, Antonio Carlos Nogueira do Nascimento, Élio Rodrigues Dias,
035 Benelci Manoel dos Anjos Oliveira, Iberê Sassi e das conselheiras Neuza da
036 Penha de Souza Capanin, Maria da Penha de Oliveira Peres, Lindomar Alves
037 Scalfoni e Maria Lúcia Mariano dos Santos. Agradeceu a presença dos
038 convidados Sr. Douglas Gonçalves do NUEDRH, Sra. Lucimar Lessa do NEN,
039 Sra. Roberta Prates da SEJUS, Sra. Érika Biameri da SEJUS, Sr. Nilton
040 Vieira da SEJUS, Sra. Lorena Guidoni da SEJUS, Sr. Alessandro Ferreira da
041 SEJUS, Sra. Kátia Bastos NUEDRH, Sra. Laíra Vasconcellos da FIOCRUZ, Sr.
042 Enrielton Chaves da CS/ALES, Sr. Onofre Miranda da SEJUS, Sra. Ruskaia
043 Heringer da NUEDRH, Sra. Ingrid Santos da SEJUS, Sra. Luciana Vaneli da
044 SEJUS, Sra. Maria Maruza Carlesso do SINFES, Sr. Andrey Mozzer da
045 SESA/ES, Sra. Sandra Silva DST/AIDS/SESA, Sr. Julio de Moraes

046 NEN/SESA, Sra. Juliana Soares França da DST/AIDS/SESA e o Sr. Carlos
047 Marçal CG/HDS. Comunicou que o pleno indicou o conselheiro Antonio
048 Carlos Nogueira do Nascimento para Presidente Interino e passou a palavra
049 ao mesmo informando que havia quorum para iniciar a reunião. O
050 Presidente Interino, Antonio Carlos Nogueira do Nascimento cumprimentou
051 e agradeceu a presença de todos os presentes. Disse não iniciar nenhum
052 trabalho sem antes falar com Deus e convocou aos presentes que o
053 acompanhasse em uma oração de agradecimento. Todos os presentes
054 rezaram o Pai Nosso. Passou a palavra ao Secretário Executivo para a
055 leitura das pautas. O Secretário Executivo comunicou que havia duas
056 inclusões de pauta, sendo a primeira sugerida pela Comissão Intersectorial
057 de Orçamento e Finanças - CIOF, a Aprovação do Relatório de Gestão do
058 Programa de Atenção a Saúde no Sistema Penitenciário do Estado do
059 Espírito Santo no ano de 2013 e também a Aprovação do Relatório Anual de
060 Gestão o RAG 2013. São pautas antigas que passaram por este Conselho,
061 mas não teve oportunidade e informações suficientes para serem colocadas
062 no Pleno e a comissão se debruçou durante todo este mês no sentido de
063 entender melhor esses assuntos e dar um parecer que será apresentado
064 pelo Coordenador da Comissão, conselheiro Marcos Ivan Cerqueira, que
065 passou a dissertar em seguida. Agradeceu aos conselheiros pela sua eleição
066 como Coordenador da CIOF e fez a apresentação do relatório. O Presidente
067 Interino, Antonio Carlos diz que poderá ser aprovado com ressalva, mas
068 deixa claro que nos próximos deverão ser mais detalhados para que seja
069 aprovado. Em seguida o conselheiro Élio Rodrigues Dias questionou o valor
070 do gasto com exames nos presos, quer saber do SEJUS quantos presos
071 foram submetidos a esses exames e quais são os exames realizados. O
072 conselheiro João Carlos dos Santos quer saber do SEJUS, o porquê de se
073 fazer exames e atendimento médico em postos de saúde, expondo os
074 pacientes junto com presos escoltados por policiais armados. Questionou
075 também sobre a cópia dos contratos, que faz parte da comissão de
076 contratualização e ainda não recebeu nada sobre os mesmos. A conselheira
077 Lindomar disse que já pagou exames e consultas para alguns presos, que
078 os pais dos presos pagam por esses serviços, gostaria de saber o motivo de
079 ter que pagar por serviços que é obrigação do estado. A Sra. Lucimar Lessa
080 do Núcleo Especial de Normalização, Referência Técnica da Saúde Prisional
081 na SESA, disse estar a quase três anos acompanhando esse processo dessa
082 relação com a SEJUS que faz o papel de execução da atenção à saúde no
083 sistema prisional e as diretrizes da aplicação do trabalho realizado são
084 dadas pela SESA e por lei federal e portarias do Ministério da Saúde . A
085 SEJUS está cumprindo o que a legislação orienta e a vinda desse relatório
086 faz parte do fluxo do recurso federal para garantir este recurso para a
087 atenção básica à saúde no sistema penitenciário. Respondendo ao
088 conselheiro Élio, esclareceu que se tratava da população carcerária de 2013
089 e naquele momento eram treze mil novecentos e setenta e oito homens e
090 mil e sessenta e uma mulheres no sistema penitenciário do Estado do
091 Espírito Santo, distribuídos em treze municípios e trinta e quatro Unidades
092 de Saúde Prisional. Toda essa informação está no documento escrito,
093 disponibilizado e nas mãos dos conselheiros que poderão ser verificados
094 pelos mesmos. Em relação aos exames, são todos aqueles contidos no
095 programa do Ministério da Saúde para a Atenção Básica. Isto tem que ficar

096 bem claro, pois, o preso estará sendo deslocado para realização dos
097 exames especiais nos CTAs que são os programas de DST/AIDS, para os
098 hospitais para realização de consultas especializadas ambulatoriais e ainda
099 a questão da internação. O preso tem acesso a Atenção Básica Prisional,
100 mas aquilo que trata da especializada e da urgência e emergência ele usa o
101 serviço como um usuário do SUS, ele é um usuário comum do SUS e segue
102 o mesmo fluxo. A conselheira Maria da Penha Peres, pergunta se existe um
103 representante da Pastoral Carcerária e dentre os nove mil presos que
104 fizeram exames de DST/AIDS, já chegaram doentes ou foram contaminados
105 pelas mulheres que vão até lá para ficarem com os presos e levam a
106 doença de fora para dentro da prisão. A conselheira Ana Maria Rosa
107 questiona a razão desses exames não serem realizados pelo LACEN, o
108 Laboratório Central da Secretaria de Estado da Saúde e sim por laboratórios
109 particulares, poderia estar sendo colhidos pelo estado ou pelo município e
110 tendo o custo minimizado, já que as pessoas que contribuem com seus
111 impostos estão aqui fora e muitas vezes esperam meses para realizarem
112 esses exames. O Presidente Interino, Antonio Carlos, responde à
113 conselheira Ana, que o município não quer assumir esse compromisso, é o
114 que foi passado para a CIOF e ele como membro desta comissão está
115 dando ciência aos demais conselheiros. Passou a palavra ao Coordenado da
116 CIOF, conselheiro Marcos Ivan que ressalta o fato do recurso vir do
117 Governo Federal e ser destinado para a Saúde Prisional, não podendo ser
118 utilizado para outros fins. Disse terem visitado apenas um presídio, mas
119 com um número muito grande de presos para se ter uma amostragem
120 melhor. O conselheiro João Carlos discordou e disse não se sentir a vontade
121 para aprovar o relatório, onde existem trinta e quatro unidades e apenas
122 uma dessas foi visitada pela comissão. O Presidente Interino, Antonio
123 Carlos respondeu ao conselheiro João Carlos, como membro da comissão,
124 que seria impossível visitar todos os presídios por não haver tempo hábil
125 para tal fato, pois a comissão tem outros afazeres e passaria o ano inteiro
126 só visitando presídio. Para os próximos relatórios pretendem fazer mais
127 visitas. Disse que irão inclusive chegar aos presídios sem avisar, sem
128 agendamento, para que seja feita uma avaliação mais realista. Em seguida
129 colocou em votação. Foram sete votos favoráveis, um contrário e duas
130 abstenções. Colocou em votação também, o RAG 2013. Foi aprovado por
131 unanimidade, tendo apenas uma abstenção. Após a votação se destituiu da
132 Presidência Interina devido à chegada o Presidente, o conselheiro José
133 Tadeu Marino. O Presidente cumprimentou todos os presentes e justificou
134 seu atraso dizendo que houve um erro da própria Secretaria de Estado da
135 Saúde, que marcou dois eventos para o mesmo dia e não pode deixar de
136 comparecer ao outro evento que tratava da criação de salas de aleitamento
137 materno dentro das instituições de saúde e em seguida participou de outro
138 evento sobre infecção hospitalar e esterilização, sendo realizado na
139 Prefeitura Municipal de Vitória. Passou a palavra ao Secretário Executivo
140 que levou a apreciação do Pleno a inversão de pauta, a de número um pela
141 de número dois, que segundo informação da equipe técnica, a pauta
142 número dois agrega a de número um e é mais completa. Consultou ao
143 Pleno e este foi favorável. Em seguida apresentou a Sra. Kátia Oliveira
144 Pereira Bastos – Coordenadora Estadual da Política de Humanização e
145 Núcleo Especial de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria de

146 Estado da Saúde e a indicação de um representante dos usuários do
147 Conselho Estadual de Saúde para participar das reuniões mensais da
148 Câmara Técnica de Humanização da Região Metropolitana que passará
149 informação sobre o Grupo Condutor da Política de Humanização. Esclareceu
150 o motivo de sua presença e passou a palavra para sua Colega Ruskaia
151 Heringer que fez uma breve explanação sobre a Política de Humanização. O
152 Secretário Executivo, César Valente, questiona o Plenário se havia alguma
153 pergunta à apresentadora. O conselheiro João Carlos indicou o conselheiro
154 Élio Dias para representar os usuários. Passou para a próxima pauta do dia,
155 a Implantação da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS, e fez a
156 apresentação do Servidor Andrey Mozzer que integra a Rede de Escolas
157 Técnicas do SUS – RETSUS e Núcleo Especial de Desenvolvimento de
158 Recursos Humanos – NUEDRH da Secretaria de Estado da Saúde. Andrey
159 fez a apresentação do programa. A conselheira Andressa sugeriu que se
160 fizesse não só a substituição dos nomes, já que vários conselheiros saíram,
161 mas também uma agenda propositiva para que se espere mais um ano para
162 implantação da Mesa de Negociação. O conselheiro Antonio Carlos indicou
163 os nomes dos conselheiros João Carlos, Maria da Penha Peres e Maria Lúcia
164 Mariano. A conselheira Ana Maria Rodrigues Rosa não aceitou a indicação,
165 pois também quer participar, a conselheira Maria da Penha Peres retirou
166 seu nome e passou a indicação para a conselheira Ana Maria. A ex-
167 conselheira Maria Maruza Carlesso esclareceu que as Mesas Nacionais e
168 Estaduais são compostas por gestores e trabalhadores, estes são
169 representados no Conselho pelos seus Sindicatos. Remeta-se aos Sindicatos
170 e estes verificarão quais conselheiros indicados por ele e aquele que quiser
171 fazer parte da Mesa será indicado. Na Mesa de Negociação não tem nenhum
172 usuário, apesar dos trabalhadores e gestores trabalharem em prol do SUS
173 conseqüentemente em prol dos usuários. O que não é possível é o usuário
174 sentar-se à Mesa com o gestor, quando se vai tratar de trabalho do
175 trabalhador que está inserido no SUS, o usuário é o objeto fim do nosso
176 trabalho, a negociação não pode ser com o usuário na Mesa, pois estará
177 ferindo a relação de trabalho entre o gestor e o trabalhador, é uma relação
178 de trabalho e não de atendimento. O Presidente do CES/ES Dr. Tadeu
179 Marino esclareceu que o usuário pode fazer parte da Comissão do MENP-
180 SUS e depois de formada a Mesa, nesta só participarão gestores e
181 trabalhadores. O Secretário Executivo, César Valente, consultou ao Pleno os
182 nomes dos membros que fariam parte da Comissão que formaria a Mesa de
183 Negociação Permanente. Foram indicados os conselheiros João Carlos dos
184 Santos, Ana Maria Rosa, Andressa Barcellos e Maria Lúcia Mariano. Em
185 seguida passou a pauta de número três. Indicação de representação do
186 Conselho Estadual de Saúde – CES/ES para compor a Câmara Técnica
187 Normativa Interinstitucional de DST Aids e Hepatites da Secretaria de
188 Estado da Saúde – SESA para deliberação. A apresentação foi feita pela
189 Coordenadora do Programa de DST/AIDS, Sandra Fagundes. Esclareceu que
190 a Câmara Técnica Estadual da AIDS foi publicada inicialmente em 1999.
191 Hoje existe várias representações, como Fórum LGBT Aids, das Ongs Aids e
192 sempre foi incluído um representante do Conselho Estadual de Saúde, de
193 preferência um Titular e um Suplente. O Secretário Executivo, César
194 Valente, consultou quem se candidataria, não houve nenhuma manifestação
195 favorável. A conselheira Andressa diante da importância do trabalho a ser

196 desenvolvido, indicou seu nome para ser a representante do CES e a
197 conselheira Maria Lúcia Mariano será a suplente. Passou para a pauta de
198 número quatro, Indicação de representação do Conselho Estadual de Saúde
199 – CES/ES para compor o Comitê Estadual da Equidade da Secretaria de
200 Estado da Saúde – SESA para deliberação. A apresentação foi feita por Júlio
201 Cesar de Moraes do NEN/SESA. O Comitê já está funcionando, é o quarto
202 do Brasil, é uma demanda do MS para que todos estados criem, trabalha a
203 política de equidade pensando nos povos tradicionais e alguns grupos
204 específicos, como indígenas, ciganos, comunidade de matriz africana,
205 pescadores artesanais, pomeranos, campo e floresta, quilombola,
206 movimento LGBT, população de rua e população negra. Sugeriu o nome do
207 conselheiro Zaldimar Tadeu da FETAES, pois este acompanhou todo o
208 processo quando o MS trouxe essa demanda. Comunicou que já houve
209 reunião do Comitê e dia quatro de setembro haverá outra reunião às nove
210 horas na sala de vídeo-conferência na nova sede da SESA. Informou que
211 ainda será construído um regimento interno, mas deixará a Portaria do
212 Comitê para que todos conheçam. O Secretário Executivo, César valente,
213 sugeriu então aguardar a resposta do conselheiro Zaldimar que não se
214 encontrava presente. Passou em seguida para a pauta de número cinco, a
215 indicação de um representante do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
216 para compor a Comissão de Avaliação e Monitoramento do Programa de
217 Residências Terapêuticas da Secretaria de Estado da Saúde – SESA para
218 deliberação. A conselheira Maria da Penha Peres se ofereceu para ser a
219 representante. O Presidente do CES, Dr. Tadeu Marino esclareceu o são as
220 Residências Terapêuticas. Informou que são dez Residências Terapêuticas.
221 Trata-se de um programa de desospitalização das pessoas asilares,
222 principalmente daquelas de Hospitais Psiquiátricos. São pessoas que viviam
223 no antigo Hospital Aduato Botelho, cerca de setenta pessoas que passaram
224 a viver em casas, junto com uma equipe de saúde mental, para a inserção
225 novamente na comunidade. A equipe foi capacitada pela SESA, que tem
226 uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que cuida
227 dessas Residências Terapêuticas, com um gasto de quase três milhões de
228 reais por ano, para manutenção das mesmas. Por isso a importância do
229 Controle Social acompanhar como está sendo feito esse trabalho por se
230 tratar de recursos públicos utilizados. A próxima pauta, a de número seis,
231 trata-se do Of. Nº: 070/2014 – SMS / Of. Nº: 072/2014 – SMS/Gabinete /
232 Of. nº 785/2014/SEMUS / RESOLUÇÃO Nº: 004 – Transferência do servidor
233 José Machado Nascimento, enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de
234 Saúde de Bom Jesus do Norte, para a Secretaria Municipal de Saúde de São
235 José do Calçado para conhecimento. O conselheiro Antonio Carlos informou
236 que a Comissão de Conselho Gestores está fazendo um trabalho árduo em
237 todos os hospitais. Informou que a comissão trabalhou durante toda a
238 semana, fizeram reuniões e eleição em São José do Calçado, em Cachoeiro
239 de Itapemirim, do Hospital São Lucas em Vitória, do Hospital Dório Silva na
240 Serra. Ressaltou que o trabalho da comissão é de muita importância, mas
241 que membros de Sindicato estão tumultuando o processo, como ocorreu em
242 São José do Calçado. Houve inclusive, um grande desentendimento com
243 uma Auxiliar de Enfermagem, que agrediu verbalmente os conselheiros e o
244 Conselho. Esta servidora já responde a dois processos administrativos por
245 tentativa de agressão. O conselheiro informou que fará uma representação

246 junto à Secretaria de Estado da Saúde e no Ministério Público. Informou
247 também, que tiveram problemas no Hospital Dório Silva. Um ex-conselheiro
248 e servidor da SESA, Domingos Cordeiro França, quando membro da
249 Comissão de Conselhos Gestores, cometeu um grande erro, deixando ser
250 eleito no Hospital Jayme Santos Neves, dois Diretores e Dois Gerentes, que
251 são cargos de confiança. Informa também ter sido desacatado por esse
252 servidor durante a assembleia, que o mesmo tentou impedir as pessoas de
253 subirem até o auditório para participarem da eleição. Lembrou que a
254 comissão faz o trabalho de eleição com total transparência, que convida os
255 Diretores dos hospitais para participarem, distribui os editais a todos os
256 servidores e nos quadros de aviso da Instituição e que não admite que
257 ninguém crie confusão a título de tumultuar o processo de eleição dos
258 Conselheiros Gestores. Ressalta que a comissão é formada por ele, Antonio
259 Carlos do Nascimento, Maria da Penha Peres, Luiz Antônio César, Maria
260 Lúcia Mariano e João Carlos dos Santos e que não se intimidarão e
261 continuarão realizando as eleições para o Conselho Gestor dos Hospitais e
262 Unidades dos SUS. Estiveram em Alegre para acompanhar um erro do
263 Conselho pelo documento que lhes foi apresentado, disse que não era para
264 acompanhar e sim coordenar o processo de eleição do Conselho Municipal
265 de Saúde de Alegre, encontraram uma liminar do Juiz local mandando
266 suspender o processo por dez dias para haver um pronunciamento, mandou
267 cancelar a portaria do Secretário Estadual de Saúde onde nomeava uma
268 comissão para a realização da eleição, pois esta comissão deveria ter sido
269 nomeada pelo Conselho Estadual de Saúde. O conselheiro Antonio Carlos
270 questiona por que não foi tomada esta medida anteriormente, por que
271 deixou para fazer no dia da eleição. A eleição ocorreu dentro Câmara dos
272 Vereadores, ao iniciar o processo eleitoral chegou um oficial de justiça com
273 um mandado exigindo que o processo encerrasse até às 16 horas. O
274 conselheiro solicitou ao oficial de justiça que acompanhasse o processo
275 juntamente com a comissão do Conselho Estadual de Saúde. Ao término da
276 eleição todos os fatos ocorridos foram registrados em ata e as urnas
277 lacradas. Em seguida foram ao encontro do Juiz e este ficou com a ata e as
278 urnas. Foi trazida a cópia da ata para ser feito o relatório da comissão. O
279 Juiz irá se pronunciar posteriormente, para que o processo seja concluído
280 pelo Conselho Estadual de Saúde. Foi observado pela comissão que na lista
281 anterior de conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Alegre, havia
282 conselheiros com mais de três mandatos, indicando que a intenção dos
283 mesmos é de se perpetuarem no poder, se perpetuarem nos Conselhos, nos
284 Sindicatos. Isto é o que está acontecendo aqui no CES/ES, conselheiros de
285 Sindicatos querendo se perpetuar. Disse que não tem interesse em apoiar
286 ninguém, que o seu interesse é ter o olho do Conselho Estadual de Saúde
287 dentro de cada hospital através do Conselho Gestor. Na eleição do Hospital
288 Dório Silva, o sindicalista e ex-conselheiro Domingos Cordeiro França,
289 insistiu que a eleição fosse feita pelo RH do hospital, ferindo o regimento e
290 as portarias que regem as eleições do Conselho Gestor. Consultou ao
291 Presidente do Conselho, se os conselheiros têm uma assessoria jurídica que
292 os ampare nas questões as quais devam tomar determinadas atitudes.
293 Ressalta que a eleição teve que ser transferida para o próximo dia 28,
294 devido a esse sindicalista ter esvaziado o auditório, já que não foi colocado
295 no edital que a segunda chamada seria com quantos participantes

296 presentes estivessem no local. O conselheiro Élio Dias, pergunta ao
297 Presidente do Conselho e Secretário de Saúde, Dr. Tadeu Marino, se houver
298 algum caso suspeito de vírus ebola, aonde esse paciente será internado. Dr.
299 Tadeu Marino esclarece que o Ministério da Saúde havia notificado o
300 Hospital Universitário, HUCAM, para receber esse tipo de paciente, mas o
301 único hospital capaz de atender as exigências que esta enfermidade requer
302 é o Hospital Jayme Santos Neves, devido ao seu tratamento de efluentes e
303 de esgoto. O conselheiro Élio Dias questionou, novamente, o Presidente do
304 Conselho e Secretário de Saúde sobre como o Estado do Espírito Santo está
305 preparado para receber um doente de ebola, caso ocorra. Dr. Tadeu Marino
306 explica que aeroporto e porto significa responsabilidade federal, que
307 estados e municípios já estão prevenidos, assim como foi feito no caso da
308 gripe aviária e que não ocorreu o pior. Tomara que não aconteça, também,
309 com o vírus ebola, já que se trata de uma doença com alto índice de
310 mortalidade. A boa notícia é que o médico americano foi contaminado e já
311 está bem. A Vigilância Epidemiológica a nível nacional, a ANVISA, já tomou
312 providências a esse respeito como fez com a gripe aviária. A conselheira
313 Maria da Penha Peres disse estar preocupada com a questão das eleições
314 para o Conselho Gestor, devido à dificuldade criada pelo sindicalista
315 Domingos Cordeiro França no Hospital Dório Silva. Contou que há uns
316 meses atrás esteve no CRE Metropolitano e estava havendo uma
317 paralisação instaurada pelo SINDSAÚDE. Havia muitas pessoas vindas do
318 interior para serem consultadas, que saíram de madrugada de suas cidades
319 de origem e foram impedidas de entrar. Vários representantes do
320 SINDSAÚDE estavam cercando os usuários e dizendo a eles que a culpa de
321 não serem atendidos era do governo. Ela participaria de uma reunião
322 naquele local e também foi impedida de entrar, só conseguindo depois de
323 muita insistência e após a reunião, ao sair foi cercada pelos manifestantes
324 dizendo que a conselheira era peixinho do governo, tentando defender as
325 atitudes do Governador Renato Casa Grande e respondeu a estes que não
326 dependia do governo para ganhar seu salário, pois não é Servidora Pública.
327 Dirigiu-se aos usuários dizendo que aqueles manifestantes não estavam
328 lutando em favor deles, dos usuários e sim em benefício próprio, nesse
329 momento os usuários forçaram a entrada e os manifestantes em dez
330 minutos abriram o portão permitindo a entrada dos usuários, já que os
331 servidores foram impedidos anteriormente e haviam voltado para suas
332 residências. Quando se fala em fazer um trabalho no interior, em busca de
333 melhora para a saúde daquele município, uma questão do controle social e
334 lá é praticamente ameaçado, isso é muito preocupante, pois como coloca o
335 conselheiro Antonio Carlos, se acontecer alguma coisa a um membro da
336 comissão, como ficará, terá alguma pessoa jurídica para responder pelo
337 conselheiro que se desloca para o interior, se aqui no Hospital Dório Silva
338 acontece desta forma, imaginem lá no interior como não está. A conselheira
339 Maria Lúcia Mariano tomou a palavra e disse ter estado em Brasília-DF
340 representando a Comissão de Educação Permanente da qual é
341 Coordenadora, que trouxe bons resultados e que em breve a Comissão
342 estará reunindo para esclarecer melhor a capacitação e formação de
343 conselheiros, estarão todos em uma sala de aula, se aperfeiçoando para
344 aprovar e encaminhar novos projetos para a saúde. A conselheira Ana Maria
345 Rosa fez uso da palavra e disse ser representante do SINDIPÚBLICOS, mas

346 não compartilham do ocorrido e achou a atitude desmerecedora, que não
347 está ligada a politicagens dessas pessoas que, individualmente estão
348 fazendo esses movimentos. Informou que deverão ter muito cuidado com
349 Alegre, pois a intenção é de perpetuação no cargo, por esta razão que o
350 Conselho Municipal acha que é o Gestor e isso trouxe muitos transtornos. A
351 maioria que ocupa o cargo de Gestor está com problemas com o Ministério
352 Público, veio para o Conselho Estadual com a intenção de ajudar e não de
353 querer achar que é Gestor e atropelar esta democracia. Como último
354 informe, esteve em Cachoeiro do Itapemirim na reunião mensal da
355 Contratualização. A Contratualização alega que estão enviando os relatórios
356 das reuniões para o Conselho e estes não estão sendo repassados aos
357 conselheiros e diz não estar recebendo do Conselho, portanto quer uma
358 explicação sobre a questão. Esclarece que os Conselhos Municipais não
359 recebem os relatórios, pois o Conselho Estadual tem a obrigação de enviar,
360 mas não tem enviado. Ou o CES não está recebendo ou recebe e não envia
361 aos Conselhos Municipais. O conselheiro Antonio Carlos pediu a palavra e
362 avisou que a Comissão de Conselho Gestor deliberou a não marcar
363 nenhuma agenda para o mês de setembro devido às eleições nacionais e
364 será feito um calendário para o mês de outubro, e avisou também que a
365 FAMOPES já elegeu todos os usuários para Vila Velha, agora a Comissão
366 fará a eleição para servidores. Em breve a FAMOPES estará realizando no
367 próximo dia 30 a indicação dos usuários de Vitória. O conselheiro João
368 Carlos informou estar esperando passar o período eleitoral para
369 confeccionar um calendário para realização do encontro, que será feito por
370 região, do Fórum com todas as contratualizadas daquela região. Em
371 seguida o Presidente do Conselho Dr. Tadeu Marino informou que o Hospital
372 São Lucas deverá estar funcionando a partir da primeira quinzena de
373 setembro e a Secretaria de Saúde junto com Organização do Hospital está
374 preparando um calendário de visita antes da inauguração. Serão chamados
375 todos os conselheiros estaduais e municipais de Vitória, a FAMOPES, a
376 Associação dos Moradores do Bairro Forte São João, enfim tem uma lista
377 grande, para ficarem sabendo como ficou o Hospital, o que irá funcionar
378 primeiramente. Informa também que houve mudança na Superintendência
379 de Cachoeiro de Itapemirim. Diz que o Sul do Estado é muito grave, que
380 infelizmente lá quem manda são os Deputados Estaduais. Hoje está sendo
381 velado o deputado Gláuber, mas ele tem, dois membros, o Deputado
382 Ferraço também tem mais dois um outro tem mais três, o SISREG não
383 funciona porque trabalha em prol do deputado Ferraço, em prol do
384 Deputado Gláuber, em prol dos deputados apenas. Tem-se esse
385 conhecimento, os coordenadores são neutralizados por eles, não têm poder,
386 está sendo feito mais uma mudança no CRE, está sendo exonerado hoje o
387 Diretor e já foi nomeado outro Superintendente. As cidades menores têm
388 mais atendimentos que as maiores e estas às vezes não têm nenhum, na
389 verdade são regulados a pedido dos deputados, de acordo com o colégio
390 eleitoral. Existe a pressão muito grande das oligarquias políticas, ainda não
391 se conseguiu reverter essa questão. Cachoeiro do Itapemirim é a cidade
392 que mais dá demanda judicial para a Secretaria de Estado da Saúde. Os
393 médicos lá não fazem nada pelo SUS. Os próprios funcionários indicam as
394 pessoas para judicializarem. Disse ser um militante do SUS antigo, colocou
395 sua assinatura na criação do SUS, esteve em Brasília na aprovação da

396 constituinte, participou do movimento sanitário dessa questão. Como
397 cidadão e como militante e nunca viu o sistema tão em perigo como o SUS
398 está nesse momento. Não temos financiamento, isto sério, este ano o MS
399 ficou devendo cento e vinte milhões de reais, não repassou um centavo da
400 criação das redes, foram aprovadas três redes, a de Saúde Mental, a rede
401 Cegonha e a rede de Urgência e Emergência, isso daria cento e vinte a
402 cento e trinta milhões de dinheiro novo e não veio um centavo, desde 2007
403 que o Estado vem, cada vez mais, colocando recursos, na gestão passada
404 já se colocava 55 a 60% de recurso próprio, este ano foi colocado 77% de
405 recursos estaduais no orçamento, num orçamento de dois milhões e
406 duzentos está sendo colocado setenta e sete por cento de recurso estadual
407 próprio e o Ministério da Saúde com vinte e três a vinte e quatro por cento.
408 O SAMU quando foi criado era tripartite, cinquenta por cento da união, vinte
409 e cinco do estado e vinte e cinco dos municípios. Nenhum município do
410 Espírito Santo põe recurso no SAMU, nenhum deles, nenhum centavo, dão
411 apenas uma casinha para as ambulâncias ficarem. O que era cinquenta por
412 cento do Ministério virou vinte e cinco, o SAMU hoje é bancado
413 praticamente pelo Estado com setenta e cinco por cento e vinte e cinco por
414 cento do Ministério da Saúde. O Estado comprou um helicóptero, que o
415 Governador teve a coragem de comprar por quatorze milhões de reais, para
416 ter transporte aéreo médico nesse Estado. As aeronaves da Polícia Militar
417 não suportam mais ficar carregando doentes. Com o dinheiro do BNDES, da
418 compensação do FUNDAP. O helicóptero chega entre dez e quinze de
419 dezembro e começará operar logo em seguida. É exclusivo da saúde, um
420 SAMU aéreo, poucos estados brasileiros têm esse serviço. Irá ganhar muito
421 mais tempo, evitando mortes por atrasos em viagens do interior para os
422 hospitais aqui da região metropolitana. O Sistema Único de Saúde precisa
423 de solidariedade, já tem muita gente brigando contra. Não acrescenta nada
424 a SUS a Defensoria Pública abrir a porta do Hospital São Lucas, mostrar que
425 está cheio e levar a televisão junto. Nada acrescenta o denunciamento, porque
426 essas imagens já são conhecidas de todos, são repetitivas. Foram pagos
427 cento e cinquenta milhões de judicialização no ano passado e esse ano vai
428 ser cento e cinquenta milhões de reais, isso é rombo no orçamento, são setenta
429 mandados judiciais por dia. Citou como exemplo que o juiz mandou
430 comprar um carrinho de bebê da marca burigoto e fraldas pampers. A lei
431 8.666/93 proíbe a colocação de marcas, mas o juiz põe. Ninguém está
432 falando que não pode judicializar, ninguém está negando o direito das
433 pessoas, a própria Secretaria tem sensibilidade de ver quem está mais
434 grave e colocar na frente, isso é equidade, é um princípio do SUS. É preciso
435 esclarecer algumas coisas que é fundamental para o entendimento,
436 principalmente para o usuário. Às doze horas e quarenta minutos, nada
437 mais havendo a tratar é considerada encerrada a reunião e para constar,
438 eu, Milton Cesar Valente da Costa, Secretário Executivo do CES/ES, lavrei a
439 presente ata que assino juntamente com o Presidente. Vitória-ES, 21 de
440 agosto de 2014.

441
442
443
444
445

Milton César Valente da Costa

Secretario Executivo

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

José Tadeu Marino

Conselheiro Estadual de Saúde

Presidente do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES